



REPLAN

Rede de Serviços de Planeamento
e Prospetiva da Administração Pública

Instrumentos de Planeamento 2025

Lista e Nota Metodológica

FICHA TÉCNICA

Título

Lista de Instrumentos de Planeamento – Tomo 2025

Data

Junho de 2025

Autoria

Equipa Multissetorial de Planeamento da REPLAN – Rede de Serviços de Planeamento e Prospetiva da Administração Pública

replan@planapp.gov.pt

Índice

Introdução	4
Lista de Instrumentos de Planeamento	5
Lista de Instrumentos de Enquadramento aos Processos de Planeamento	16
Nota metodológica sobre as listas	19
Aspetos metodológicos da LIP	19
Aspetos metodológicos da LIEPP	21

Introdução

A Lista de Instrumentos de Planeamento (LIP), que inclui a Lista de Instrumentos de Enquadramento aos Processos de Planeamento (LIEPP), traduz a visão consolidada dos principais elementos do sistema de planeamento com incidência no território nacional, abrangendo o período temporal de 2023 a 2025.

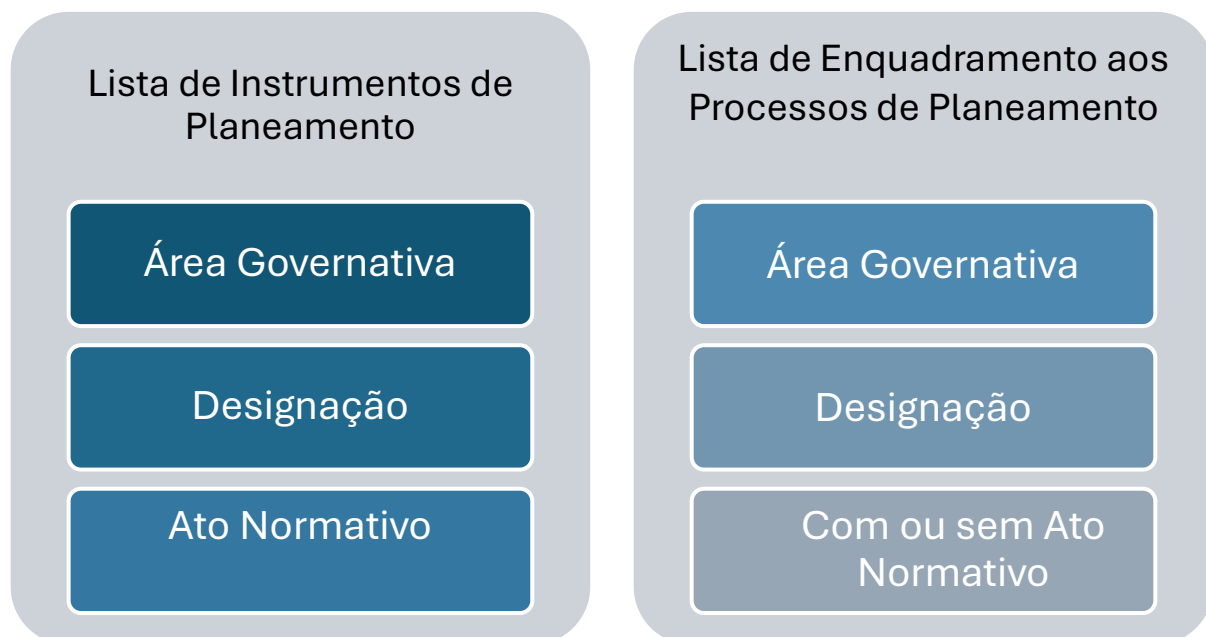
A LIP assenta numa metodologia integrada, baseada em critérios objetivos, que permite aferir se um determinado documento de política pública pode ser classificado como Instrumento de Planeamento (IP) ou como Instrumento de Enquadramento aos Processos de Planeamento (IEPP).

Neste contexto, o documento estrutura-se em duas componentes distintas:

- Quadro principal: reúne os IP identificados;
- Quadro complementar: agrega os instrumentos de enquadramento aos processos de planeamento (IEPP), atendendo à sua função orientadora nas respetivas áreas temáticas.

Os quadros organizam-se de acordo com os elementos de definição apresentados na Figura 1.

Figura 1 – Elementos de definição das listas de Instrumentos de Planeamento e de Enquadramento aos Processos de Planeamento



A metodologia adotada encontra-se descrita em detalhe na secção “Nota Metodológica sobre as Listas”.

Lista de Instrumentos de Planeamento

Área Governativa	Designação	Ato normativo que aprova ou prevê o instrumento
Primeiro-Ministro	Programa XXIV Governo Constitucional	Constituição da República Portuguesa, artigo 188.º e artigo 192.º
Primeiro-Ministro	Programa XXV Governo Constitucional	Constituição da República Portuguesa, artigo 188.º e artigo 192.º
Negócios Estrangeiros	Estratégia da Cooperação Portuguesa para o Desenvolvimento 2030	Resolução do Conselho de Ministros n.º 121/2022, de 9 de dezembro
Negócios Estrangeiros Educação, Ciência e Inovação	Estratégia Nacional de Educação para o Desenvolvimento 2025-2030	Resolução do Conselho de Ministros n.º 167/2025, de 27 de outubro
Finanças	Orçamento do Estado para 2025	Lei n.º 45-A/2024, de 31 de dezembro
Finanças	Orçamento do Estado para 2026	Lei n.º 73-A/2025, de 30 de dezembro
Finanças	Programa de Estabilidade 2024-2028	Lei n.º 151/2015, de 11 de setembro
Finanças Presidência	Plano Orçamental-Estrutural Nacional de Médio-Prazo 2025-2028	Regulamento (UE) 2024/1263 + Regulamento (UE) 2024/1264 + Diretiva (UE) 2024/1265 do Conselho de 29 de abril que altera a Diretiva 2011/85/EU; Recomendação do Conselho C/2025/641, de 21 de janeiro de 2025
Finanças Presidência	Relatório Anual de Progresso de 2025 do Plano Orçamental-Estrutural Nacional de Médio Prazo	Regulamento (UE) 2024/1263 + Regulamento (UE) 2024/1264 + Diretiva (UE) 2024/1265 do Conselho de 29 de abril que altera a Diretiva 2011/85/UE
Presidência	Acordo de Parceria Portugal 2030	Decisão de Execução da Comissão Europeia C(2022) 4777 final, Bruxelas 12 julho 2022
Presidência	Estratégia Portugal 2030	Resolução do Conselho de Ministros n.º 98/2020, de 13 de novembro de 2020

Área Governativa	Designação	Ato normativo que aprova ou prevê o instrumento
Presidência	Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) – Recuperar Portugal, Construindo o Futuro	Decisão de Execução do Conselho 13351/23, Bruxelas, 9 de outubro de 2023
Presidência	Plano Nacional de Implementação do Pacto Global das Migrações	Resolução do Conselho de Ministros n.º 141/2019, de 20 de agosto
Presidência	Plano Nacional de Literacia Mediática para o Período 2025-2029	Resolução do conselho de Ministros n.º 65/2025, de 18 de março
Presidência	Plano Nacional para a Segurança dos Jornalistas e outros Profissionais da Comunicação Social	Resolução do Conselho de Ministros n.º 51/2025, de 17 de março
Presidência Finanças	Estratégia Nacional Antifraude no âmbito da Prevenção e Combate à Fraude na aplicação dos Fundos do Orçamento da União Europeia para o período de 2023-2027	Despacho n.º 7833/2023, de 27 de julho
Presidência Finanças	Lei das Grandes Opções para 2024-2028	Lei n.º 45-B/2024, de 31 de dezembro
Presidência Finanças	Lei das Grandes Opções para 2025-2029	Lei n.º 73-B/2025, de 31 de dezembro
Presidência Finanças Ambiente e Energia Reforma do Estado	Estratégia Nacional para as Compras Públicas Ecológicas 2030 – ECO360	Resolução do Conselho de Ministros n.º 13/2023, de 10 de fevereiro
Presidência Finanças Ambiente e Energia Reforma do Estado	Plano de Ação da Estratégia Nacional para as Compras Públicas Ecológicas – ECO360 (PA ECO360)	Resolução do Conselho de Ministros n.º 162/2024, de 12 de novembro
Presidência Economia e Coesão Territorial	Agenda para a Competitividade do Comércio e Serviços 2030	Resolução do Conselho de Ministros n.º 13/2024, de 12 de janeiro
Presidência Economia e Coesão Territorial	Compete 2030 - Programa Temático Inovação e Transição Digital	Decisão de Execução da Comissão Europeia C(2022) 9321 final, Bruxelas, 14.12.2022
Presidência Economia e Coesão Territorial	FAMI 2030	Decisão de Execução da Comissão Europeia C(2022) 9332 final, Bruxelas, 8.12.2022

Área Governativa	Designação	Ato normativo que aprova ou prevê o instrumento
Presidência Economia e Coesão Territorial	Programa de Assistência Técnica 2030	Decisão de Execução da Comissão Europeia C(2022) 9306 final, Bruxelas, 14.12.2022
Presidência Economia e Coesão Territorial Educação, Ciência e Inovação	Estratégia Nacional para uma Especialização Inteligente 2030	Regulamento (UE) 2021/1060 do Parlamento e do Conselho de 24 de junho de 2021
Presidência Economia e Coesão Territorial Agricultura e Mar	Mar 2030	Decisão de Execução da Comissão Europeia C(2022) 8925 final, Bruxelas, 1.12.2022; Portaria n.º 186/2023, de 3 de julho
Presidência Reforma do Estado	Estratégia Digital Nacional	Resolução do Conselho de Ministros n.º 207/2024, de 30 de dezembro
Presidência Reforma do Estado Finanças	Pacto de Competências Digitais para 2026-2030	Resolução do Conselho de Ministros n.º 216/2025, de 30 de dezembro
Presidência Reforma do Estado Finanças	Plano de Ação da Estratégia Digital Nacional para 2026-2027	Resolução do Conselho de Ministros n.º 214/2025, de 29 de dezembro
Presidência Reforma do Estado Finanças	Plano de Ação do Pacto de Competências Digitais para 2026-2030	Resolução do Conselho de Ministros n.º 216/2025, de 30 de dezembro
Presidência Educação, Ciência e Inovação Trabalho, Solidariedade e Segurança Social Economia e Coesão Territorial	Pessoas 2030 - Programa Temático Demografia, Qualificações e Inclusão	Decisão de Execução da Comissão Europeia C(2022) 8753 final, Bruxelas, 25.11.2022
Presidência Trabalho, Solidariedade e Segurança Social	Estratégia Nacional de Combate à Pobreza 2021-2030	Resolução do Conselho de Ministros n.º 184/2021, de 29 de dezembro
Presidência Trabalho, Solidariedade e Segurança Social	Plano de Ação da Estratégia Nacional de Combate à Pobreza 2022-2025	Resolução do Conselho de Ministros n.º 126/2023, de 17 de outubro
Presidência Ambiente e Energia Economia e Coesão Territorial	Sustentável 2030 - Programa Temático para a Ação Climática e Sustentabilidade	Decisão de Execução da Comissão Europeia C(2022) 9619 final, Bruxelas, 14.12.2022
Presidência Cultura, Juventude e Desporto	Plano Nacional de Combate ao Racismo e à Discriminação 2021-2025 (PNCRD) - Portugal contra o racismo (PNCRD 2021-2025)	Resolução do Conselho de Ministros n.º 101/2021, de 28 de julho
Economia e Coesão Territorial	Estratégia Turismo 2027 (ET2027)	Resolução do Conselho de Ministros n.º 134/2017, de 27 de setembro

Área Governativa	Designação	Ato normativo que aprova ou prevê o instrumento
Economia e Coesão Territorial	Plano Reativar o Turismo Construir o Futuro	Resolução do Conselho de Ministros n.º 76/2021, de 16 de junho
Economia e Coesão Territorial	Programa de Valorização do Interior (PVI)	Resolução do Conselho de Ministros n.º 116/2018, 14 de julho
Economia e Coesão Territorial	Programa Internacionalizar 2030	Resolução do Conselho de Ministros n.º 20/2021, de 19 de março
Economia e Coesão Territorial Educação, Ciência e Inovação Reforma do Estado	Estratégia Nacional para os Semicondutores	Resolução do Conselho de Ministros n.º 12/2024, de 8 de janeiro
Economia e Coesão Territorial Ambiente e Energia Agricultura e Mar	Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território (PNPOT)	Lei n.º 99/2019, de 5 de setembro
Reforma do Estado	Estratégia Nacional para os Territórios Inteligentes e Plano de Ação	Resolução do Conselho de Ministros n.º 176/2023, de 18 de dezembro e Resolução do Conselho de Ministros n.º 119/2024, de 2 de setembro
Reforma do Estado	Estratégia para a Transformação Digital na Administração Pública 2021-2026	Resolução do Conselho de Ministros n.º 131/2021, de 10 de setembro
Reforma do Estado Infraestruturas e Habitação Economia e Coesão Territorial Administração Interna Ambiente e Energia	Estratégia Nacional para a Mobilidade Ativa Ciclável (ENMAC) 2020-2030	Resolução do Conselho de Ministros n.º 131/2019, de 2 de agosto
Reforma do Estado Infraestruturas e Habitação Economia e Coesão Territorial Administração Interna Ambiente e Energia	Estratégia Nacional para a Mobilidade Ativa Pedonal 2030	Resolução do Conselho de Ministros n.º 67/2023, de 7 de julho
Defesa Nacional	Estratégia da Defesa Nacional para o Ambiente, Segurança e Alterações Climáticas	Despacho n.º 12427/2023, de 15 de novembro
Defesa Nacional	Estratégia de Desenvolvimento da Base Tecnológica e Industrial de Defesa 2023-2033	Resolução do Conselho de Ministros n.º 52/2023, de 5 de junho
Defesa Nacional	Estratégia Nacional de Ciberdefesa	Resolução do Conselho de Ministros n.º 106/2022, de 2 de novembro
Defesa nacional	Plano Setorial da Defesa Nacional para a Igualdade 2022-2025	Despacho n.º 12393/2022, de 24 de outubro

Área Governativa	Designação	Ato normativo que aprova ou prevê o instrumento
Infraestruturas e Habitação	Construir Portugal: Nova Estratégia para a Habitação	Constituição da República Portuguesa, artigo 188.º; Lei n.º 73-B/2025, de 31 de dezembro
Infraestruturas e Habitação	Estratégia para os Portos Comerciais do Continente 2025-2035 — PORTOS 5+	Resolução do Conselho de Ministros n.º 119/2025, de 12 de agosto
Infraestruturas e Habitação	Plano Nacional Ferroviário	Resolução do conselho de Ministros n.º 77/2025, de 16 de abril
Infraestruturas e Habitação	Programa de Incentivo ao Transporte Público Coletivo de Passageiros (Incentiva+TP)	Decreto-Lei n.º 21/2024, de 19 de março
Infraestruturas e Habitação	Programa Estratégico para o Desenvolvimento das «Parcerias para o Arrendamento Acessível».	Resolução do Conselho de Ministros n.º 164/2025, de 24 de outubro
Infraestruturas e Habitação Reforma do Estado	Programa Nacional de Habitação (2022-2026)	Lei n.º 2/2024, de 5 de janeiro
Infraestruturas e Habitação Ambiente e Energia Agricultura e Mar	Programa Nacional de Investimentos 2030 (PNI 2030)	Resolução do Conselho de Ministros n.º 192/2023, de 26 de dezembro
Justiça	Estratégia Nacional para os Direitos das Vítimas de Crime - 2024-2028	Resolução do Conselho de Ministros n.º 2/2024, de 5 de janeiro
Administração Interna	Estratégia Integrada de Segurança Urbana	Resolução do Conselho de Ministros n.º 91/2023, de 9 de agosto
Administração Interna	Estratégia Nacional de Combate ao Terrorismo	Resolução do Conselho de Ministros n.º 40/2023, de 3 de maio
Administração Interna	Estratégia Nacional para uma Proteção Civil Preventiva 2030 (ENPCP)	Resolução do Conselho de Ministros n.º 112/2021, de 11 de agosto
Educação, Ciência e Inovação	Estratégia Nacional de Educação para a Cidadania	Resolução do Conselho de Ministros n.º 127/2025, de 29 de agosto
Educação, Ciência e Inovação	Estratégia Portugal Espaço 2030	Resolução do Conselho de Ministros n.º 30/2018, de 12 de março

Área Governativa	Designação	Ato normativo que aprova ou prevê o instrumento
Educação, Ciência e Inovação	Plano "Aprender Mais Agora"	Resolução do Conselho de Ministros n.º 140/2024, de 17 de outubro
Saúde	Estratégia Nacional de Luta contra o Cancro 2021-2030	Despacho n.º 13227/2023, de 27 de dezembro
Saúde	Estratégia Nacional para a Promoção da Atividade Física, da Saúde e do Bem-Estar 2016-2025	Despacho n.º 6401/2016, de 16 de maio; Despacho n.º 8932/2017, de 10 de outubro
Saúde	Estratégia Nacional para a Promoção da Saúde Renal e Cuidados Integrados na Doença Renal Crónica 2023-2026	Despacho n.º 12635/2023, de 11 de dezembro
Saúde	Plano de Ação para a Implementação da Estratégia Nacional para a Promoção da Saúde Renal e Cuidados Integrados na Doença Renal Crónica 2023-2026	Despacho n.º 3391/2025, de 17 de março
Saúde	Plano de Ação para a Prevenção da Violência no Setor da Saúde	Resolução do Conselho de Ministros n.º 1/2022, de 5 de janeiro
Saúde	Plano de Contingência Saúde Sazonal - Módulo Inverno (2024)	Despacho n.º 11425/2024, de 27 de setembro
Saúde	Plano Nacional de Prevenção e Controlo de Doenças Transmitidas por Vetores	Lei n.º 4/2016, de 29 de fevereiro
Saúde	Plano Nacional de Saúde 2030 (PNS)	Resolução do Conselho de Ministros n.º 93/2023, de 16 de agosto
Saúde	Plano Nacional para a Redução dos Comportamentos Aditivos e das Dependências 2030	Resolução do Conselho de Ministros n.º 115/2023, de 26 de setembro
Saúde	Plano Nacional para a Segurança dos Doentes 2021-2026 (PNSD 2021-2026)	Despacho n.º 9390/2021, de 24 de setembro
Saúde	Plano para a Resposta Sazonal em Saúde – Módulo Inverno 2025-2026	Despacho n.º 11714/2025, de 6 de outubro; Despacho n.º 11425/2024, de 27 de setembro
Saúde	Plano para a Resposta Sazonal em Saúde – Módulo Verão 2025	Despacho n.º 4465/2025, de 10 de abril; Despacho n.º 11425/2024, de 27 de setembro

Área Governativa	Designação	Ato normativo que aprova ou prevê o instrumento
Saúde	Programa de Prevenção e Controlo de Infeção e Resistências aos Antimicrobianos	Despacho n.º 6401/2016, de 16 de maio; Despacho n.º 10901/2022, de 8 de setembro
Saúde	Programa Nacional de Promoção de Saúde Oral	Portaria n.º 430/2023, de 12 de dezembro
Saúde	Programa Nacional de Vacinação 2020	Decreto-Lei n.º 46628, de 5 de novembro de 1965; Portaria n.º 114/2024/1, de 22 de março; Portaria n.º 287/2025/1, de 14 de agosto
Saúde	Programa Nacional para a Promoção da Alimentação Saudável 2022-2030	Despacho n.º 6401/2016, de 16 de maio
Saúde	Programa Nacional para a Diabetes	Despacho n.º 6401/2016, de 16 de maio; alterado pelo Despacho n.º 1225/2018, de 05 de fevereiro e Despacho n.º 3390/2025, de 17 de março
Saúde	Programa Nacional para as Doenças Respiratórias - Desafios e Estratégias 2023	Despacho n.º 6401/2016, de 16 de maio
Trabalho, Solidariedade e Segurança Social	Estratégia Nacional para a Inclusão das Pessoas com Deficiência 2021-2025 (ENIPD)	Resolução do Conselho de Ministros n.º 119/2021, de 31 de agosto; Portaria n.º 467/2025/1, de 23 de dezembro
Trabalho, Solidariedade e Segurança Social	Estratégia Nacional para a Integração das Pessoas em Situação de Sem-Abrigo 2025-2030	Resolução do Conselho de Ministros n.º 208/2024, de 30 de dezembro
Trabalho, Solidariedade e Segurança Social	Estratégia Única dos Direitos das Crianças e Jovens 2025-2035	Resolução do Conselho de Ministros n.º 34/2025, de 28 de fevereiro
Trabalho, Solidariedade e Segurança Social	Plano de Ação da Estratégia Única dos Direitos das Crianças e Jovens 2025-2030.	Resolução do Conselho de Ministros n.º 158/2025, de 13 de outubro
Trabalho, Solidariedade e Segurança Social	Plano de Ação da Garantia para a Infância 2022-2030	Resolução do Conselho de Ministros n.º 3/2023, de 17 de janeiro
Trabalho, Solidariedade e Segurança Social	Plano de Ação do Envelhecimento Ativo e Saudável 2023-2026	Resolução do Conselho de Ministros n.º 14/2024, de 12 de janeiro
Trabalho, Solidariedade e Segurança Social	Programa Regressar	Resolução do Conselho de Ministros n.º 60/2019, de 28 de março, Resolução do Conselho de Ministros n.º 148/2023, de 17 de novembro

Área Governativa	Designação	Ato normativo que aprova ou prevê o instrumento
Ambiente e Energia	Estratégia de Longo Prazo para a Renovação dos Edifícios (ELPRE)	Resolução do Conselho de Ministros n.º 8-A/2021, de 3 de fevereiro
Ambiente e Energia	Estratégia Nacional de Conservação da Natureza e Biodiversidade 2030 (ENCNB)	Resolução do Conselho de Ministros n.º 55/2018, de 5 de abril
Ambiente e Energia	Estratégia Nacional de Longo Prazo para o Combate à Pobreza Energética 2023-2050	Resolução do Conselho de Ministros n.º 11/2024, de 8 de janeiro
Ambiente e Energia	Estratégia Nacional para o Hidrogénio (EN-H2)	Resolução do Conselho de Ministros n.º 63/2020, de 14 de agosto
Ambiente e Energia	Programa de Eficiência de Recursos e de Descarbonização na Administração Pública para o período até 2030	Resolução do Conselho de Ministros n.º 104/2020, de 24 de novembro; Resolução do Conselho de Ministros n.º 150/2024, de 30 de outubro, e Despacho n.º 7655/2025, de 8 de julho
Ambiente e Energia Economia e Coesão Territorial Agricultura e Mar Reforma do Estado	Planos de Gestão dos Riscos de Inundações	Resolução do Conselho de Ministros n.º 63/2024, de 22 de abril
Ambiente e Energia Reforma do Estado	Estratégia Nacional de Adaptação às Alterações Climáticas (ENAAAC 2020)	Resolução do Conselho de Ministros n.º 56/2015, de 30 de julho
Ambiente e Energia Reforma do Estado	Estratégia Nacional para a Gestão Integrada da Zona Costeira (ENGIZC)	Resolução do Conselho de Ministros n.º 82/2009, de 8 de setembro
Ambiente e Energia Reforma do Estado	Plano de Ação para o Biometano 2024-2040	Resolução do Conselho de Ministros n.º 41/2024, de 15 de março
Ambiente e Energia Reforma do Estado	Plano Estratégico de Abastecimento de Água e Saneamento de Águas Residuais e Pluviais 2030 (PENSAARP 2030)	Resolução do Conselho de Ministros n.º 23/2024, de 5 de fevereiro; Resolução do Conselho de Ministros n.º 109/2024, de 22 de agosto; Resolução do Conselho de Ministros n.º 120/2025, de 12 de agosto
Ambiente e Energia Reforma do Estado	Plano Estratégico para os Resíduos não Urbanos (PERNU 2030)	Resolução do Conselho de Ministros n.º 127/2023, de 18 de outubro
Ambiente e Energia Reforma do Estado	Plano Estratégico para os Resíduos Urbanos (PERSU 2030)	Resolução do Conselho de Ministros n.º 30/2023, de 24 de março

Área Governativa	Designação	Ato normativo que aprova ou prevê o instrumento
Ambiente e Energia Reforma do Estado	Plano Nacional da Água (PNA)	Decreto-Lei n.º 76/2016, de 9 de novembro
Ambiente e Energia Reforma do Estado	Plano Nacional de Energia e Clima 2030 (PNEC 2030)	Resolução do Conselho de Ministros n.º 53/2020, de 10 de julho; Resolução do Conselho de Ministros n.º 149/2024, de 30 de outubro, e Resolução da Assembleia da República n.º 127/2025, de 10 de abril
Ambiente e Energia Reforma do Estado	Plano Nacional de Gestão de Resíduos (PNGR 2030)	Resolução do Conselho de Ministros n.º 31/2023, de 24 de março
Ambiente e Energia Reforma do Estado	Plano Nacional para o Radão	Resolução do Conselho de Ministros n.º 150-A/2022, de 29 de dezembro
Ambiente e Energia Reforma do Estado	Planos de Gestão das Regiões Hidrográficas	Resolução do Conselho de Ministros n.º 62/2024, de 3 de abril
Ambiente e Energia Reforma do Estado	Programa de Ação para a Adaptação às Alterações Climáticas (P-3AC)	Resolução do Conselho de Ministros n.º 130/2019, de 2 de agosto
Ambiente e Energia Reforma do Estado	Roteiro para a Neutralidade Carbónica (RNC 2050)	Resolução do Conselho de Ministros n.º 107/2019, de 1 de julho
Ambiente e Energia Agricultura e Mar	Estratégia Nacional "Água que Une"	Constituição da República Portuguesa, artigo 188.º; Lei n.º 73-B/2025, de 31 de dezembro
Ambiente e Energia Agricultura e Mar	Estratégia Nacional para a Gestão da Macroalga Invasora <i>Rugulopteryx okamurae</i>	Portaria n.º 270-A/2025/1, de 23 de julho
Ambiente e Energia Agricultura e Mar Reforma do Estado	Plano de Ação para a Bioeconomia Sustentável – Horizonte 2025	Resolução do Conselho de Ministros n.º 183/2021, de 28 de dezembro
Cultura, Juventude e Desporto	Estratégia Nacional para a Igualdade e a Não Discriminação 2018-2030 (ENIND)	Resolução do Conselho de Ministros n.º 61/2018, de 21 de maio; Resolução do Conselho de Ministros n.º 92/2023, de 14 de agosto
Cultura, Juventude e Desporto	Planos de Ação no âmbito da Estratégia Nacional para a Igualdade e a Não Discriminação – Portugal + Igual (2023-2026)	Resolução do Conselho de Ministros n.º 92/2023, de 14 de agosto

Área Governativa	Designação	Ato normativo que aprova ou prevê o instrumento
Cultura, Juventude e Desporto	V Plano de Ação para a Prevenção e o Combate ao Tráfico de Seres Humanos 2025-2027	Resolução do Conselho de Ministros n.º 194/2024, de 24 de dezembro
Cultura, Juventude e Desporto Educação, Ciência e Inovação	Plano Nacional das Artes 2019-2029 (PNA)	Resolução do Conselho de Ministros n.º 42/2019, 21 de fevereiro e Resolução do Conselho de Ministros n.º 51/2021, de 11 de maio
Cultura, Juventude e Desporto Educação, Ciência e Inovação	Plano Nacional de Cinema 2021-2030	Despacho n.º 65/2022, de 5 de janeiro
Cultura, Juventude e Desporto Trabalho, Solidariedade e Segurança Social	Estratégia de Promoção da Acessibilidade e Inclusão nos Museus, Monumentos e Palácios 2021-2025	Despacho n.º 2016/2022, de 15 de fevereiro
Agricultura e Mar	Agenda de Inovação para a Agricultura 2020-2030	Resolução do Conselho de Ministros n.º 86/2020, de 13 de outubro
Agricultura e Mar	Estratégia Nacional de Combate ao Desperdício Alimentar (ENCDA)	Resolução do Conselho de Ministros n.º 46/2018, de 27 de abril
Agricultura e Mar	Estratégia Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (ENSANP)	Resolução do Conselho de Ministros n.º 132/2021, de 13 de setembro
Agricultura e Mar	Estratégia Nacional para o Mar 2021-2030 (ENM 2021-2030)	Resolução do Conselho de Ministros n.º 68/2021, de 4 de junho
Agricultura e Mar	Plano de Ação da Estratégia Nacional para o Mar 2021-2030	Resolução do Conselho de Ministros n.º 120/2021, de 1 de setembro de 2021
Agricultura e Mar	Plano Estratégico da Política Agrícola Comum (PEPAC 2023-2027)	Decisão de Execução da Comissão Europeia C(2022) 6019 final, Bruxelas, 31.8.2022
Agricultura e Mar	Plano Nacional de Gestão Integrada de Fogos Rurais 2020-2030 (PNGIFR)	Resolução do Conselho de Ministros n.º 45-A/2020, de 16 de junho
Agricultura e Mar	Programa Nacional de Ação do Plano Nacional de Gestão Integrada dos Fogos Rurais (PNGIFR)	Resolução do Conselho de Ministros n.º 71-A/2021, de 8 de junho
Agricultura e Mar Economia e Coesão Territorial Ambiente e Energia	Estratégia Industrial para as Energias Renováveis Oceânicas (EI-ERO)	Resolução do Conselho de Ministros n.º 174/2017, de 24 de novembro

Área Governativa	Designação	Ato normativo que aprova ou prevê o instrumento
Agricultura e Mar Infraestruturas e Habitação	Plano de Ação Nacional para o Lixo Marinho 2024 - 2028 (PALM2028)	Resolução do Conselho de Ministros n.º 148/2024, de 29 de outubro
Agricultura e Mar Infraestruturas e Habitação	Plano Estratégico para a Pequena Pesca 2022-2030	Resolução do Conselho de Ministros n.º 131/2022, de 21 de dezembro
Agricultura e Mar Infraestruturas e Habitação Ambiente e Energia	Plano de Afetação das Energias Renováveis Offshore	Resolução do conselho de Ministros n.º 19/2025, de 8 de fevereiro
Agricultura e Mar Ambiente e Energia	Estratégia Nacional para as Florestas (ENF)	Resolução do Conselho de Ministros n.º 6-B/2015, de 4 de fevereiro
Agricultura e Mar Ambiente e Energia	Estratégia Nacional para os Efluentes Agropecuários e Agroindustriais 2030 (ENEAPAI 2030)	Resolução do Conselho de Ministros n.º 6/2022, de 25 de janeiro
Agricultura e Mar Ambiente e Energia	Plano de Intervenção para a Floresta «Floresta 2050, Futuro + Verde».	Resolução da Assembleia da República n.º 174/2025, de 5 de dezembro
Agricultura e Mar Ambiente e Energia Economia e Coesão Territorial	Plano de Intervenção para a Floresta 2025-2050	Resolução do Conselho de Ministros n.º 130-B/2024, de 27 de setembro

Lista de Instrumentos de Enquadramento aos Processos de Planeamento

Área Governativa	Designação	Ato normativo que aprova ou prevê o instrumento
Negócios Estrangeiros Finanças Cultura, Juventude e Desporto	Programa de Ação Cultural Externa	Resolução do Conselho de Ministros n.º 70/2016, de 22 de novembro
Finanças	Lei de Enquadramento Orçamental	Lei n.º 151/2015, de 11 de setembro, na sua redação atual
Finanças Presidência	Orçamentação por Programas	Decreto-Lei n.º 86/2025, de 18 de julho
Finanças Presidência	Quadro de Governação Económica da União Europeia	Regulamento (UE) 2024/1263 de 29 de abril que revoga o Regulamento (UE) n.º 1466/97 de 7 de julho; Regulamento (UE) 2024/1264 de 29 de abril que altera o Regulamento (CE) n.º 1467/97 de 7 de julho; Diretiva (UE) 2024/1265 de 29 de abril que altera a Diretiva 2011/85/EU de 8 de novembro
Presidência Reforma do Estado	Aprova as Linhas Orientadoras da Reforma dos Ministérios	Resolução do Conselho de Ministros n.º 121/2025, de 12 de agosto
Presidência Finanças	Lei-Quadro do Planeamento	Lei n.º 43/91, de 27 de julho
Presidência Economia e Coesão Territorial	Estratégia de Inovação Tecnológica e Empresarial para Portugal 2018-2030	Resolução do Conselho de Ministros n.º 25/2018, de 8 de março
Economia e Coesão Territorial	Estratégia Nacional para a Digitalização da Economia – Indústria 4.0 (2.ª fase)	N/A
Economia e Coesão Territorial	Estratégia Nacional para o Empreendedorismo – StartUP Portugal +	N/A
Economia e Coesão Territorial	Programa Interface	N/A
Economia e Coesão Territorial	Regulamento de Reconhecimento de Estratégias de Eficiência Coletiva (Instituto do Turismo de Portugal, I. P.)	Regulamento n.º 371/2022, de 13 de abril

Área Governativa	Designação	Ato normativo que aprova ou prevê o instrumento
Economia e Coesão Territorial	Regulamento de Reconhecimento dos Clusters de Competitividade	Despacho n.º 1172/2024, de 31 de janeiro
Defesa nacional	Conceito Estratégico de Defesa Nacional	Resolução do Conselho de Ministros n.º 19/2013, de 5 de abril
Defesa Nacional	Diretiva Estratégica do Estado-Maior-General das Forças Armadas 2023 2026	N/A
Infraestruturas e Habitação	Estratégia da Distribuição da Quinta Geração de Comunicações Móveis	Resolução do Conselho de Ministros n.º 7-A/2020, de 7 de fevereiro
Infraestruturas e Habitação	Lei de Bases da Habitação	Lei n.º 83/2019, 3 de setembro
Infraestruturas e Habitação	Plano Rodoviário Nacional	Decreto-Lei n.º 222/98, de 17 de julho
Saúde	Estratégia da Saúde para a Área das Demências	Despacho n.º 5988/2018, de 19 de junho
Saúde	Estratégia de Saúde para as pessoas Lésbicas, Gays, Bissexuais, Trans e Intersexo - LGBTI	Resolução do Conselho de Ministros n.º 61/2018, de 21 de maio Despacho n.º 5643/2023, de 17 de maio
Saúde	Estratégia Nacional para a Alimentação do Lactente e da Criança Pequena	Despacho n.º 4411/2018, de 4 de maio
Ambiente e Energia	Lei de Bases do Clima	Lei n.º 98/2021, de 31 de dezembro
Ambiente e Energia	Regime Jurídico de Conservação da Natureza e da Biodiversidade	Decreto-Lei n.º 142/2008, de 24 de julho, na sua redação atual
Ambiente e Energia Agricultura e Mar	Plano Setorial da Rede Natura 2000 (PSRN2000)	Resolução do Conselho de Ministros n.º 115-A/2008, de 21 de julho
Ambiente e Energia Agricultura e Mar Reforma do Estado	Plano de Prevenção, Monitorização e Contingência para Situações de Seca	Resolução do Conselho de Ministros n.º 80/2017, de 7 de junho

Área Governativa	Designação	Ato normativo que aprova ou prevê o instrumento
Agricultura e Mar Economia e Coesão Territorial	Linhas de Orientação Estratégica e Recomendações para a Implementação de uma Rede Nacional de Áreas Marinhas Protegidas (AMP)	Resolução do Conselho de Ministros n.º 143/2019, de 29 de agosto
Agricultura e Mar Economia e Coesão Territorial Ambiente e energia	Plano de Situação do Ordenamento do Espaço Marítimo (PSOEM)	Resolução do Conselho de Ministros n.º 203-A/2019, de 30 de dezembro
Agricultura e Mar Infraestruturas e Habitação Economia e Coesão Territorial	Plano Estratégico para a Aquicultura Portuguesa 2021-2030	N/A

Nota metodológica sobre as listas

As listas foram desenvolvidas ao longo de 2023, 2024 e 2025, no âmbito da Rede de Serviços de Planeamento e Prospetiva da Administração Pública (REPLAN), com especial destaque para os trabalhos da Equipa Multissetorial de Planeamento (EMP).

A elaboração da LIP e da LIEPP resultou de um processo colaborativo, construído em estreita articulação com todas as entidades que integram a REPLAN.

A Lista de Instrumentos de Planeamento (LIP) e a Lista de Instrumentos de Enquadramento aos Processos de Planeamento (LIEPP) apresentam uma visão consolidada dos elementos que compõem o Sistema de Planeamento Nacional, abrangendo os anos de 2023, 2024 e 2025.

Estas listas resultam de um processo de levantamento e análise que permitiu identificar e caracterizar duas classes de instrumentos de política pública: os Instrumentos de Planeamento e os Instrumentos de Enquadramento aos Processos de Planeamento.

A presente nota metodológica descreve o processo de elaboração da LIP e da LIEPP, bem como as opções metodológicas adotadas, constituindo um documento complementar às listas disponibilizadas ao público.

Previamente à elaboração das listas, o Centro de Planeamento e de Avaliação de Políticas Públicas (PLANAPP) realizou um diagnóstico abrangente ao sistema de planeamento nacional, analisando diversos instrumentos e práticas existentes. As principais conclusões foram partilhadas e discutidas no seio da EMP, evidenciando uma perceção coletiva comum sobre os desafios e características do planeamento em Portugal.

Referir de que o PLANAPP já havia iniciado um mapeamento dos IP, o que contribuiu para uma reflexão prévia sobre os desafios associados à identificação rigorosa e exaustiva de duas tipologias específicas de instrumentos de política de política pública, os IP e os IEPP.

Tanto o processo de elaboração como os próprios produtos (LIP e LIEPP) representam uma inovação no contexto da Administração Pública Portuguesa, ao assentarem num trabalho em rede, com representação alargada das áreas governativas, sobre uma temática de crescente relevância estratégica.

Aspetos metodológicos da LIP

O exercício que fundamenta a inclusão de elementos na LIP consiste na análise a um conjunto de mais de duzentos e cinquenta Instrumentos de Política Pública (IPP), à luz da definição do Glossário do Ciclo de Políticas Públicas (GCPP):

Instrumento de política pública - Qualquer documento público do Governo, com e sem expressão jurídica, que orienta ou informa a ação do Governo, da Administração Pública, ou de parte dos mesmos, através da definição de um conjunto articulado de orientações, princípios, propostas e medidas concretas com incidência em temáticas, setores, realidades ou fenómenos”

O objeto de análise integra os atos normativos e os documentos que concretizam os IP, valorizando também os processos de planeamento que lhes dão origem.

A elaboração da LIP fundamenta-se numa delimitação conceptual clara dos IP, indispensável à sua distinção face aos restantes IPP, recorrendo-se à definição adotada no âmbito do GCPP:

Instrumento de planeamento - Documento aprovado ou previsto pelo Governo, através de um ato normativo, que determina um conjunto escalonado de orientações mensuráveis para a ação governativa num horizonte temporal pré-definido, que devem estar organizadas numa estrutura que abranja pelo menos dois níveis de orientações, articulados entre si.

Esta definição cumpre uma função instrumental de delimitação dos IP face aos demais IPP. Complementarmente determina também uma função normativa de construir uma noção partilhada desta tipologia de instrumentos.

Os procedimentos de construção da LIP 2025 incluem os critérios substantivos à definição e outros complementares:

1. Critérios substantivos - avaliam as características essenciais, a partir da definição anterior:
 - **Formalização e responsabilidade pelo ato:** o instrumento deve assumir a forma de ato normativo ou a sua elaboração estar prevista num ato normativo;
 - **Função:** o instrumento deve orientar explicitamente a ação do Governo ou da Administração Pública;
 - **Orientações:** o instrumento deve explicitar um conjunto escalonado de orientações mensuráveis (e.g. cada medida insere-se num eixo de atuação, que concorre para um objetivo);
 - **Horizonte temporal:** o instrumento deve definir um horizonte temporal ou conter uma calendarização para a implementação das orientações;
 - **Estrutura:** o instrumento deve apresentar pelo menos dois níveis distintos de orientações (e.g. objetivos e medidas).
2. Critérios complementares que incluem ou excluem, numa fase preliminar, os instrumentos desta lista:
 - 2.1. Incluem-se:
 - Todos os IP cujo horizonte temporal ou vigência esteja compreendida entre 01/01/2025 e 31/12/2025;
 - Todos os IP publicados entre 01/01/2025 e 31/12/2025, incluindo aqueles que não possuem ato normativo próprio, mas que são mencionados noutra ato normativo.

2.2. Excluem-se:

- Todos os IP cujo horizonte temporal se tenha extinguido a 01/01/2025;
- Todos os IP que tenham sido revogados antes de 01/01/2025, independentemente do seu horizonte temporal.
- Todos os IP previstos a elaborar;
- Todos os documentos circunscritos a regiões ou com aplicação supranacional;
- Todos os documentos que apenas criam estruturas operacionais.

A aplicação dos critérios é feita de forma sequencial e cumulativa.

Aspetos metodológicos da LIEPP

A LIEPP é a lista constante deste documento, que reúne outros IPP designados de IEPP. Por definição, estes documentos não cumprem os critérios de IP, mas conforme o GCPP definem-se como:

Instrumentos de enquadramento aos processos de planeamento - Instrumentos de política pública que apesar de não constituírem instrumentos de planeamento, desempenham uma função orientadora dos processos de planeamento das respetivas áreas temáticas.



REPLAN

Rede de Serviços de Planeamento
e Prospetiva da Administração Pública

